


**SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: UMA
RELEITURA CRÍTICA A PARTIR DA PERSPECTIVA CEPALINA**

**SUSTAINABILITY AND DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA: A CRITICAL
REINTERPRETATION FROM THE ECLAC PERSPECTIVE**

**SOSTENIBILIDAD Y DESARROLLO EN AMÉRICA LATINA: UNA
REINTERPRETACIÓN CRÍTICA DESDE LA PERSPECTIVA DE LA CEPAL**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n1-033>

Data de submissão: 07/12/2025

Data de publicação: 07/01/2026

Carlos Eduardo Cereto

Doutorando em Desenvolvimento Regional

Instituição: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

E-mail: carlos.cereto@uffs.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0435-5063>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1919821204490048>

Nilvania Aparecida de Mello

Doutora em Ciência do Solo

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

E-mail: nilvania@utfpr.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5371-0554>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0041964058612806>

RESUMO

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) desempenhou um papel central no pensamento desenvolvimentista da região desde os anos 1950. Este artigo avalia a inserção e a evolução da temática do desenvolvimento sustentável na América Latina, traçando um paralelo com a trajetória do pensamento cepalino – desde suas origens desenvolvimentistas até a recente priorização da sustentabilidade em sua agenda. Focando na dimensão ambiental, o estudo analisa como, apesar da crescente conscientização e da evolução teórica, a realidade na América Latina tem sido marcada por dificuldades na tradução desses princípios em ações efetivas. Ainda são apresentadas reflexões sobre a conjuntura política e econômica da região para explicar a persistente dissonância entre o discurso da sustentabilidade e a concretização de políticas ambientais robustas. O trabalho conclui que, mesmo com os avanços conceituais e a adesão a iniciativas globais como a Agenda 2030, a efetivação de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável continua sendo um desafio complexo, exigindo abordagens mais regionalizadas e a superação de lógicas extrativistas.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Neoextrativismo. Agenda 2030. CEPAL.

ABSTRACT

The Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) has played a central role in the region's developmentalist thinking since the 1950s. This article evaluates the inclusion and evolution of the sustainable development theme in Latin America, drawing a parallel with the trajectory of ECLAC's thought – from its developmentalist origins to the recent prioritization of

sustainability in its agenda. Focusing on the environmental dimension, the study analyzes how, despite growing awareness and theoretical evolution, the reality in Latin America has been marked by difficulties in translating these principles into effective actions. Reflections on the region's political and economic conjuncture are also presented to explain the persistent dissonance between the discourse of sustainability and the implementation of robust environmental policies. The paper concludes that, even with conceptual advances and adherence to global initiatives such as Agenda 2030, achieving truly sustainable development remains a complex challenge, requiring more regionalized approaches and the overcoming of extractivist logics.

Keywords: Sustainability. Neo-Extractivism. Agenda 2030. ECLAC.

RESUMEN

La Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) ha desempeñado un papel central en el pensamiento desarrollista de la región desde la década de 1950. Este artículo evalúa la inserción y evolución de la temática del desarrollo sostenible en América Latina, trazando un paralelo con la trayectoria del pensamiento cepalino, desde sus orígenes desarrollistas hasta la reciente priorización de la sostenibilidad en su agenda. Centrándose en la dimensión ambiental, el estudio analiza cómo, a pesar de la creciente concienciación y la evolución teórica, la realidad en América Latina se ha caracterizado por dificultades en la traducción de estos principios en acciones efectivas. También se presentan reflexiones sobre la coyuntura política y económica de la región para explicar la persistente disonancia entre el discurso de la sostenibilidad y la concreción de políticas ambientales robustas. El trabajo concluye que, incluso con los avances conceptuales y la adhesión a iniciativas globales como la Agenda 2030, la materialización de un desarrollo verdaderamente sostenible sigue siendo un desafío complejo, que requiere enfoques más regionalizados y la superación de lógicas extractivistas.

Palabras clave: Sostenibilidad. Neoextractivismo. Agenda 2030. CEPAL.

1 INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, durante o período da Guerra Fria, observou-se uma forte imposição do padrão de consumo dos Estados Unidos (EUA) sobre diversas nações, incluindo a quase totalidade dos países latino-americanos que historicamente sempre foram mais alinhados com os EUA e com a Europa Ocidental do que com a antiga União Soviética (URSS). Na retomada econômica do pós-guerra, o crescimento econômico era o objetivo a ser alcançado em nome do progresso. No entanto, esse padrão de consumo em conjunto com a busca incessante por crescimento demandam um aumento significativo no uso de recursos naturais levando a cenários de degradação ambiental, que, por sua vez, limita a disponibilidade de recursos e pode se tornar um entrave ao próprio desenvolvimento econômico pretendido (GULLO, 2010, TURCATO *et al.*, 2019).

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) desempenhou um papel significativo na América Latina a partir da década de 1950, em um período no qual os movimentos ambientalistas ainda não haviam ganhado força expressiva. Contudo, a partir dos anos 1970, o conceito de desenvolvimento sustentável emergiu, trazendo novas dimensões para os estudos de desenvolvimento. Essa nova perspectiva passou, então, a ganhar destaque nas pautas e discussões sobre o tema, inclusive, mais recentemente, no âmbito da própria CEPAL, que nas últimas décadas propôs uma agenda incluindo o desenvolvimento sustentável como um de seus focos centrais (BÁRCENA, 2018).

Paralelamente a essa evolução conceitual e impulsionados pela crescente pressão dos movimentos ambientalistas a partir da mesma década de 1970, diversos estudos passaram a dedicar maior atenção às complexas interações entre economia e meio ambiente. Este debate, por sua vez, aprofundou a reflexão sobre os limites impostos pela natureza, estimulando a busca por alternativas que pudessem conciliar o crescimento econômico com a oferta e a conservação do “capital natural” disponível (SILVA, 2005; TURCATO *et al.*, 2019).

Apesar da crescente conscientização sobre a urgência da sustentabilidade, a trajetória na América Latina revela dificuldades na tradução desses princípios em práticas efetivas. Como apontam Angeloti e Neves (2025), a implementação de muitas políticas públicas e ações práticas enfrenta contradições significativas ao ignorar a realidade da estrutura dependente e desigual da economia global. A região, rica em biodiversidade e vasta oferta de recursos naturais, historicamente tem enfrentado pressões de desenvolvimento baseadas na exploração primária, frequentemente em detrimento de suas populações tradicionais e seus ecossistemas. Nesse cenário, a persistência de desigualdades sociais, fragilidades institucionais e a volatilidade política dificultam ainda mais a consolidação de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

O presente artigo tem como objetivo analisar a inserção e a evolução da temática do desenvolvimento sustentável na América Latina, com ênfase na dimensão ambiental. Para isso, será traçado um paralelo com o pensamento cepalino – desde sua fase inicial, predominantemente desenvolvimentista e de grande influência política, até sua fase atual em que o desenvolvimento sustentável aparece como uma de suas prioridades em seus documentos. Além dessa retrospectiva teórica, o trabalho refletirá sobre as dificuldades na implementação prática de políticas voltadas à sustentabilidade, investigando como aspectos políticos e econômicos recentes na América Latina podem ajudar a compreender a falta de coerência entre o discurso e a prática diante dos desafios ambientais.

2 A CEPAL E O DESENVOLVIMENTISMO NA AMÉRICA LATINA

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é uma das comissões regionais da Organização das Nações Unidas (ONU) que foi criada no final da década de 1940 com sede no Chile e com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da América Latina e incentivar a cooperação entre os países membros (ALMEIDA FILHO & CORRÊA, 2011; CEPAL, 2021). Apesar de ser uma organização ligada às Nações Unidas, a CEPAL fundou uma escola de pensamento latinoamericana original, fundamentada no método histórico estrutural e que tinha como foco os *policy-makers* da América Latina (CAVALCANTE, 2019).

No momento de sua fundação, a conjuntura internacional estava focada na reconstrução dos países europeus pós segunda guerra mundial, no período conhecido como Guerra Fria. Os Estados Unidos foram protagonistas no financiamento para a reconstrução da Europa facilitando a retomada do crescimento econômico desses países e uma nova ordem mundial foi sendo construída. A partir dali também iniciou-se um debate sobre os países chamados de periféricos, como os da América Latina e alguns países recém independentes da África, e a questão do subdesenvolvimento associada a eles (COLISTETE, 2001; BÁRCENA, 2018).

A partir da criação da CEPAL um conjunto de importantes pensadores ajudou a desenvolver teorias e proposições de políticas econômicas e de desenvolvimento que tiveram grande influência nos meios políticos, empresariais e acadêmicos da América Latina. Esse conjunto de ideias ficou conhecido como desenvolvimento cepalino e teve entre seus principais expoentes o argentino Raúl Prebisch, o brasileiro Celso Furtado e o chileno Osvaldo Sunkel (BIELSCHOWSKY, 1998; COLISTETE, 2001).

O desenvolvimentismo cepalino teve seu foco, nas décadas de 1950 e 1960, voltado para a industrialização dos países latino-americanos com o objetivo de substituir e/ou reduzir as importações

de produtos industrializados. Os autores da CEPAL entendiam que a industrialização apoiada pela ação do Estado seria o caminho para a superação do subdesenvolvimento latino-americano (COLISTETE, 2001). Ao longo dos anos o pensamento cepalino foi se modificando e incorporando outras dimensões do desenvolvimento com enfoques como a diminuição das desigualdades sociais, a diversificação da exportação (década de 1970); a redução do endividamento externo (década de 1980); a transformação produtiva com equidade (década de 1990) e mais recentemente, incorporou na sua agenda o desenvolvimento sustentável com igualdade (BÁRCENA, 2018; MAZZETTI et al., 2021).

Alicia Bárcena, primeira mulher a atuar como secretária-executiva da CEPAL, comentou em uma conferência por conta da comemoração dos 70 anos da CEPAL, que após um período de bonança pelo qual vários países da América Latina passaram entre 2003 e 2008, a crise financeira global de 2008 atingiu os países latino-americanos, evidenciando algumas debilidades regionais e colocando fim a um estilo de desenvolvimento que era hegemônico até então. A partir daí abriu-se novas possibilidades de discussão dentro do debate econômico, social e ambiental (BÁRCENA, 2018).

3 O AMBIENTALISMO EMERGE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENTRA EM PAUTA

Nas primeiras décadas que sucederam a fundação da CEPAL, período de sua maior influência nos governos latino-americanos, o movimento ambientalista e os debates sobre o desenvolvimento sustentável ainda não haviam emergido com força e, conseqüentemente, não faziam parte das pautas sobre desenvolvimento na América Latina. Ao longo dos últimos 50 anos, marcados por um intenso desenvolvimento tecnológico, industrial e produtivo, diversos fatores acabaram propiciando que o debate ecológico alcançasse a centralidade que possui nos dias de hoje, consolidando-se como um campo de estudo e prática essencial para compreender e guiar a trajetória humana no planeta, conforme a evolução conceitual do próprio desenvolvimento sustentável (ROBERT, PARRIS & LEISEROWITZ, 2015).

A ascensão do movimento ambientalista se deu, em grande parte, no contexto da "Revolução Verde", uma série de tecnologias e práticas agrícolas implementadas mundialmente a partir da década de 1950, com intensificação nos anos 1970. Embora focada na suposta otimização da produção de alimentos, essa abordagem promoveu predominantemente o modelo monocultural, a mecanização da mão de obra e o uso intensivo de adubos químicos sintéticos e agrotóxicos. Conforme apontado por estudos recentes, essas estratégias geraram consideráveis custos ambientais, como a contaminação de

solos e águas e a perda de biodiversidade, criando desafios complexos para a sustentabilidade dos sistemas alimentares globais (CAMPAGNOLLA & MACÊDO, 2022)

A emergência do movimento ambientalista moderno está intrinsecamente ligada ao cenário delineado pela "Revolução Verde". A partir da década de 1950, e com sua intensificação nos anos 1970, esta iniciativa mundial visava otimizar a produção de alimentos através da disseminação de novas tecnologias e práticas agrícolas. No entanto, sua implementação priorizou o modelo monocultural hegemônico, a mecanização intensiva da mão de obra e a dependência de adubos químicos com nutrientes artificializados e de agrotóxicos. Tais abordagens resultaram em profundos custos ambientais, como a degradação do solo e a perda de biodiversidade, e levantaram sérios questionamentos sobre a sustentabilidade dos sistemas alimentares globais (COSTA & ALMEIDA, 2022).

O livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, que denunciava os efeitos deletérios do uso do DDT, um dos primeiros agrotóxicos utilizados em grande escala após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se um marco na popularização da pauta ambientalista e sua influência perdura até hoje na moldagem da consciência ecológica (CARLSON, 1962). A relação dos seres humanos com o ambiente pode, idealmente, gerar interações harmônicas. No entanto, ao longo da história recente, vários exemplos de interações destrutivas têm levado o planeta a uma crise ambiental sem precedentes, como evidenciado por avaliações que apontam para o declínio generalizado da vida na Terra e a necessidade de mudanças transformadoras (DÍAZ *et al.*, 2019).

A partir da década de 1970, movimentos ambientalistas ganharam cada vez mais força, e grandes reuniões e conferências mundiais passaram a traçar diretrizes, culminando no que hoje chamamos de desenvolvimento sustentável. Nesse período, muito foi produzido dentro da ciência ecológica, e movimentos ambientalistas surgiram e se renovam até hoje para minimizar alguns desses impactos na sociedade. Contudo, ainda longe de atingir um equilíbrio, convivemos com diversas crises socioambientais e continuamos em busca de alternativas eficazes, como a transição para economias de baixo carbono e a implementação de modelos de Economia Circular (GEISSDOERFER *et al.*, 2017).

Com a afirmação da ecologia como ciência, associada aos movimentos políticos ambientalistas que foram surgindo, a noção de finitude do planeta tornou-se cada vez mais óbvia. Isso serviu como ensejo para a busca por um modelo de desenvolvimento alternativo ao pensamento hegemônico que sugeria um crescimento linear infinito. Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser difundido, incorporando novas dimensões nas discussões sobre desenvolvimento e tornando a questão do “como produzir” fundamental. A preocupação

crescente com a manutenção dos recursos naturais e em proporcionar um ambiente favorável para a continuidade das gerações futuras alterou a pauta de discussão sobre o ritmo e a forma com que os sistemas econômicos impunham o desenvolvimento das sociedades, desafiando a própria viabilidade de certas metas de desenvolvimento (SILVA, 2005).

A fim de compreender melhor essa temática, é importante refletirmos sobre dois conceitos que muitas vezes são utilizados como sinônimos: o de sustentabilidade e o de desenvolvimento sustentável. Embora muitos autores já tenham discutido sobre eles, o mais importante é entender o desenvolvimento sustentável como um processo em constante evolução e a sustentabilidade como um objetivo maior, o estado ideal a ser alcançado (ULTRAMARI, 2003). As diferenças entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não são excludentes, mas podem ser entendidas como um processo onde a sustentabilidade se relaciona com um fim ou panorama almejado, enquanto desenvolvimento sustentável é o meio pelo qual se pretende chegar a esse objetivo (SILVA, 2005; PURVIS, MAO & ROBINSON, 2019).

A sustentabilidade, nesse sentido, pode ser vista de certa forma como algo utópico, e o foco das discussões para estratégias de políticas públicas acaba se direcionando para o desenvolvimento sustentável. O próprio conceito de desenvolvimento sustentável vem passando por transformações ao longo das últimas décadas, incorporando novas dimensões além dos aspectos econômicos e ambientais, e hoje é melhor entendido como um conceito multidisciplinar que integra, por exemplo, aspectos de justiça e legitimidade na governança global por meio de metas como a Agenda 2030 (SILVA, 2005).

Inicialmente, o desenvolvimento sustentável era normalmente analisado considerando as dimensões social, ambiental e econômica por meio de uma relação de ação-efeito, onde, por exemplo, uma ação econômica gerava um efeito ambiental ou social. O enfoque econômico prevalecia, e a busca era por alternativas econômicas para minimizar os efeitos deletérios. Mais recentemente, com a evolução do pensamento sobre o desenvolvimento sustentável, esse conceito pode ser interpretado como um sistema complexo e adaptativo, dinâmico e multidisciplinar, que considera a inter-relação entre suas dimensões (social, ambiental e econômica) com questões culturais, espaciais e institucionais dentro de um determinado contexto. Aqui, essa inter-relação entre as variáveis é compreendida não através de uma relação linear de ação-efeito, mas sim de interdependência, ressaltando a resiliência socioecológica e os limites planetários (FOLKE *et al.*, 2016).

4 A CEPAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo (1972), o debate sobre meio ambiente, economia e desenvolvimento intensificou-se globalmente, envolvendo tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Nesse contexto, a América Latina assumiu um papel protagonista a partir dos anos 90, especialmente ao sediar a Rio 92, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que impulsionou importantes discussões científicas e políticas ambientais e gerou uma série de eventos subsequentes, como a Rio + 10 (2002) e a Rio +20 (2012). Paralelamente, a CEPAL, como comissão regional da ONU, tem atuado desde os anos 70 na América Latina e Caribe, promovendo debates e ações sobre economia e meio ambiente, e mais recentemente focando no fomento do Desenvolvimento Sustentável. Além disso, a CEPAL desempenha um papel crucial no apoio à articulação entre os governos da região e na organização de eventos significativos, como a própria Rio + 20 (TAVARES, 2011).

Desde sua fundação em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) consolidou-se como um centro crucial para o pensamento econômico latino-americano. Ao longo dos anos, diversos intelectuais que contribuíram para a CEPAL transcenderam as análises estritamente econômicas, ampliando o conceito de desenvolvimento. Figuras como Celso Furtado, o expoente brasileiro na instituição, argumentavam consistentemente que a dimensão econômica não poderia ser o único vetor das discussões, incorporando em suas análises outras esferas da sociedade. Essas abordagens multifacetadas se conectam e se assemelham a concepções mais contemporâneas sobre desenvolvimento sustentável, demonstrando a capacidade da CEPAL de adaptar e enriquecer seu arcabouço teórico (SALLES & FERREIRA, 2021)

Já no início da década de 1970, em uma reunião preparatória para a Conferência de Estocolmo a CEPAL publicou um estudo onde fazia algumas críticas às condições ambientais da região, apontava para os problemas típicos dos países subdesenvolvidos e para os novos problemas ambientais que o desenvolvimentismo e os processos de industrialização trouxeram a esses países. Esse estudo, de 1971, ainda apresenta, por exemplo, várias situações de conflitos ambientais em áreas urbanas e rurais e de efeitos da mineração sobre o meio ambiente e sobre a saúde dos trabalhadores (CEPAL, 1971; TAVARES, 2011).

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, a CEPAL ajudou a desenvolver um projeto que relacionava a abordagem dos “Estilos de Desenvolvimento”, que ganhou bastante força naquele período, com o meio ambiente. Esses estudos foram divulgados em dois volumes publicados em 1980 e que contava com um artigo introdutório de Osvaldo Sunkel chamado “A

interação entre os Estilos de Desenvolvimento e o Meio Ambiente na América Latina”, onde alguns problemas ambientais da região são relacionados com o processo de desenvolvimento latinoamericano entre o período colonial e o final dos anos 1970, e principalmente com a ascendência do estilo “transnacional”, replicado em várias partes do mundo por influência dos Estados Unidos, a partir do pós-guerra (SUNKEL, 1980).

Esses estudos, ao apontar causas estruturais inerentes ao modelo de desenvolvimento implementado na América Latina que até então já apresentava vários problemas ambientais, acabam trazendo algumas sugestões de ações objetivando um estilo alternativo de desenvolvimento e que fosse compatível tanto com a satisfação das necessidades básicas da população quanto com a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente. Algumas dessas sugestões, como a diminuição da dependência de combustíveis fósseis, o aumento do uso das energias renováveis e também algumas alternativas para a gestão de resíduos sólidos, passaram a figurar na maioria dos documentos posteriores que discutiam as temáticas de meio ambiente e desenvolvimento. O documento ainda enfatiza que nenhum esforço de desenvolvimento deveria deixar de considerar a dimensão ambiental e recomendava o estabelecimento de mecanismos que permitam a participação social nas decisões (TAVARES, 2011).

No final da década de 1980 foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland, que em 1987 publicou em seu relatório uma das mais conhecidas definições para o termo “Desenvolvimento Sustentável” que o indica como o tipo de desenvolvimento que supre as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Nesse período, no contexto latinoamericano, os debates econômicos giravam muito em torno da questão do endividamento que asfixiava financeiramente seus países (BIELSCHOWSKY, 1998). Ainda assim, no âmbito da CEPAL, mais uma vez na figura de Osvaldo Sunkel, foram publicados alguns trabalhos relacionando a crise da dívida e o desenvolvimento sustentável e entendia que assim como no caso da crise do petróleo na década de 1970, a crise do endividamento era uma oportunidade para melhorar a relação entre a economia e o meio ambiente (TAVARES, 2011).

Na década de 1990 a CEPAL propôs a “transformação produtiva com equidade” como prioridade regional, sendo que a equidade, a democracia e a sustentabilidade ambiental eram vistos como fatores-chave nesse processo de transformação produtiva. E foi nesse contexto que a CEPAL lança um documento que apoiava a preparação para a Rio 92 e que tratava de vários temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e à transformação produtiva na região, com base nos resultados de um estudo dedicado especificamente ao tema (CEPAL, 1991)

Apesar de a pauta ambiental ter passado a fazer parte das discussões sobre desenvolvimento na América Latina desde a década de 1970, a percepção de que encaramos um processo de mudança e que nos leva a uma mudança de época aparece mais explicitamente em documentos recentes da CEPAL que, já nos anos 2000, reconhecem que as tendências mundiais na economia e na sociedade escancararam as contradições de um modelo de desenvolvimento que se tornou insustentável o que tornava urgente a necessidade de se pensar em estratégias que objetivem uma ação global coletiva e coordenada voltada para a recuperação do crescimento mundial e para o cuidado com o meio ambiente. Para promover o crescimento e o emprego sem agravar ainda mais os problemas ambientais, a CEPAL sugere a adoção de um keynesianismo ambiental global e articulado com a implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável, na escala nacional (BÁRCENA, 2016).

Como sugestão para o enfrentamento das crises econômicas e ambientais, a CEPAL sugere a adoção de uma mudança estrutural progressiva que sugere uma transformação para atividades e processos produtivos que apresentem as características de serem intensivos em aprendizagem e inovação (eficiência schumpeteriana); estarem associados a mercados em rápida expansão e que permitam o aumento da produção e do emprego (eficiência keynesiana); e que favoreçam a proteção do meio ambiente e o desacoplamento entre crescimento econômico e emissões de carbono (eficiência ambiental) (BÁRCENA, 2016)

Atualmente, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) tem direcionado seus esforços para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, visando um novo estilo de desenvolvimento. A Agenda 2030, juntamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados pelas Nações Unidas em 2015, representa um consenso emergente no cenário internacional, priorizando a erradicação das desigualdades e a proteção ambiental. Contudo, a implementação efetiva da Agenda 2030 enfrenta desafios consideráveis, que demandam a construção de novas alianças tanto no âmbito internacional quanto nacional. Esse processo é intrinsecamente complexo e exigente em termos institucionais, dada a interdependência dos objetivos e a natureza universal e indivisível da nova agenda (CEPAL, 2016; BERIGÜETE ALCÁNTARA *et al.*, 2024)

5 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A CONJUNTURAS POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

Inúmeros artigos têm avaliado e criticado a atuação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) desde a sua fundação até os dias atuais. A evolução do pensamento

cepalino e as mudanças ocorridas em suas concepções ideológicas são perceptíveis, levando alguns autores a considerar que, mais recentemente, a CEPAL deixou de ser a "escola do pensamento" consagrada nas décadas iniciais de sua atuação (ALMEIDA FILHO; CORRÊA, 2011). Ao analisar a evolução do pensamento cepalino em retrospectiva, fica claro que vários de seus estudos e documentos oficiais indicavam sugestões de ações e políticas de desenvolvimento que levassem em consideração a dimensão ambiental e a relacionassem com aspectos sociais e econômicos. No entanto, na prática, a execução dessas políticas revelou que muitas foram implementadas apenas marginalmente, e diversas pautas levantadas já na década de 1970 ainda persistem nos debates atuais sobre o tema.

É evidente que a CEPAL não é a única instituição responsável pela condução do debate sobre o desenvolvimento sustentável, um tema que permeou diversos setores organizados da sociedade ao longo das últimas décadas. As reflexões que se seguirão abordarão o desenvolvimento sustentável e o papel da CEPAL na América Latina, com o objetivo de aprofundar a compreensão das dificuldades na implementação de políticas de sustentabilidade, especialmente considerando as conjunturas políticas e econômicas recentes da região.

O discurso do desenvolvimento sustentável na América Latina emergiu com força na década de 1970, impulsionado pelo crescimento econômico dos países em desenvolvimento e pela crescente pressão dos movimentos ambientalistas. Tal narrativa representou uma tentativa de conciliação frente a conflitos de interesse, buscando harmonizar a visão de nações ricas, focadas no crescimento e consumo, com as prioridades de países pobres em superar problemas sociais. Além disso, propôs uma zona de convergência entre os discursos capitalista – que demanda recursos para a produção – e ambientalista, que visa à proteção dos sistemas naturais, unificando perspectivas anteriormente conflitantes (SILVA, 2005).

No entanto, como ocorre com muitos discursos ideológicos, o desenvolvimento sustentável apresenta incoerências e desafios significativos em sua implementação prática. A lacuna entre o que é dito e as ações concretas persiste, gerando conflitos e demonstrando a dificuldade de traduzir a teoria em resultados tangíveis. Isso é bem resumido na observação de Silva (2005, p. 5) de que "pensar na geração futura é, teoricamente, mais simples do que pensar no presente, já que está se assinando um contrato para outros cumprirem, sem a necessidade de qualquer restrição ao presente".

Tavares (2011) ressalta a importância da existência de instituições fortes e permanentes que assegurem que, diante de um conflito, entre uma opção e outra se privilegie o sustentável ao econômico e que, do contrário, em momentos de crise os avanços antes obtidos poderão ser anulados. E é nesse sentido que ao observarmos o contexto político e econômico da América Latina nas últimas

décadas, podemos sugerir algumas barreiras para que o discurso sustentável, por mais que tenha sido colocado em debate pela CEPAL e por diversos outros setores da sociedade, não tiveram consequências práticas exitosas

No contexto da Guerra Fria pós segunda guerra mundial, onde iniciou-se uma disputa política entre União Soviética e Estados Unidos, vários países da América Latina, como por exemplo Paraguai, Brasil e Argentina, passavam no final da década de 1950 e meados de 1960, por um processo histórico singular, com governos simpáticos a causas nacionalistas e trabalhistas, o que evidentemente preocupava a política externa dos Estados Unidos que tinha muita influência na região. E a partir de meados dos anos 50, muitos desses países passaram por golpes militares com a ascensão de regimes conservadores ditatoriais que permaneceram no poder por algumas décadas (GESTEIRA, 2014).

Esse período também coincide com o auge do pensamento desenvolvimentista cepalino, que tinha bastante influência entre os *policy makers* da região. O brasileiro Celso Furtado, por exemplo, um dos principais expoentes da CEPAL, tinha bom trânsito entre economistas, intelectuais e técnicos do governo e acabou se tornando o grande líder desenvolvimentista com viés nacionalista do Brasil naquele momento. Celso ainda foi ministro do Planejamento de João Goulart e apresentou o plano trienal que tinha caráter monetarista, reformista e desenvolvimentista, mas que acabou não sendo colocado em prática devido ao contexto histórico nacional, e após o Golpe Militar de 64 vai pro exílio no Chile e retorna à CEPAL (COUTINHO, 2020).

Entre 1979 e 1990 esses países da América Latina passaram por um processo de redemocratização e diante das heranças políticas e econômicas deixadas pelas ditaduras, vários desses países presenciaram a posse de governos adeptos do neoliberalismo. Almeida Filho e Corrêa (2011) ao apontar que a CEPAL deixou de ser uma escola do pensamento independente e passou a atuar nas últimas décadas mais dentro da proposta de sua origem enquanto organismo internacional multilateral, indicam que nos anos 1990 a CEPAL estava em consonância com a ideologia neoliberal que passou a ser hegemônica após o Consenso de Washington e suas propostas de disciplina fiscal e monetária; desregulamentação financeira e dos mercados em geral; liberalização comercial e financeira; e as privatizações, com a abertura dos mercados e mudança do papel do Estado (SOARES, 2020)

Essa reforma neoliberal não só contribuiu para gerar assimetrias como aprofundou desigualdades entre países e dentro da realidade de cada país. Soares (2020, p. 69) aponta que o neoliberalismo além de não conseguir solucionar os problemas ambientais na verdade os agrava, pois “busca (do ponto de vista teórico e prático) acelerar o processo produtivo que degrada, e também

reflete uma sociedade que: tem na desigualdade algo desejável para dar sentido à busca pela eficiência”.

Nesse contexto, o uso intensivo dos recursos naturais nos países latinoamericanos refletem a posição subordinada que eles possuem na nova divisão internacional do trabalho com a concretização do neoliberalismo, onde se estabeleceram como grandes provedores de produtos agrícolas e minerais (SVAMPA, 2013). Ainda é possível observar nesses países um processo de desindustrialização, uma maior especialização na produção de *commodities* e da monocultura e do aumento da degradação ambiental (SOARES, 2020).

Já a partir dos anos 2000, vários países latinoamericanos passaram a ser governados por políticos progressistas representantes de uma nova esquerda. Se a esquerda tradicional sempre foi crítica das reformas neoliberais e dos modelos de desenvolvimento convencionais, como o extrativismo, essa nova esquerda foi adepta de um “neoextrativismo progressista” com a intensificação de atividades como a mineração e a extração de petróleo. E inclusive, esse modelo apresenta uma relação de dependência a ser considerada, já que esse novo extrativismo contribui para financiar os programas sociais que são fundamentais para que estes novos governos possam se definir como progressistas (GUDYNAS, 2012). Gudynas (2012) ressalta que o neoextrativismo não pode ser entendido como uma estratégia neoliberal, semelhante àquelas observadas nas décadas anteriores, mas também não pode ser visto como uma alternativa promissora e que melhore a qualidade de vida e a autonomia dos cidadãos além de reconhecer que com o neoextrativismo permanecem muitos impactos sociais e ambientais.

Corsi (2023) aprofunda essa discussão, ressaltando que, mesmo com a capacidade do neoextrativismo de financiar políticas sociais, seu esgotamento, aliado ao fim do ciclo de *commodities*, explicitou os limites de uma estratégia que, nas últimas décadas, reforçou a dependência regional e a degradação ambiental. Tal cenário, marcado por baixa resiliência econômica, instabilidade política e o aprofundamento das desigualdades, impõe à América Latina a urgência de repensar fundamentalmente seus modelos de crescimento, desvinculando-se de uma lógica extrativista para construir um desenvolvimento que, de fato, concilie as dimensões social e ambiental em um contexto global adverso.

6 CONCLUSÕES

Apesar de setenta anos de profundas transformações históricas, políticas e econômicas na América Latina, e da crescente inserção do debate sobre sustentabilidade como alternativa de desenvolvimento, a região persiste em enfrentar graves problemas socioambientais. Embora o campo

teórico do pensamento cepalino tenha claramente evoluído, incorporando a perspectiva ambiental em seus estudos e apostando em projetos globais como a Agenda 2030, a efetividade dessa influência é hoje questionável. Contrariamente à postura mais independente e influente da CEPAL nas décadas de 1950 e 1970, os governos latino-americanos parecem agora reféns de estratégias políticas e econômicas de cunho colonialista, como o neoextrativismo. Estas, embora mascaradas sob o discurso do desenvolvimento, perpetuam nossas mazelas, oferecendo apenas soluções efêmeras e insustentáveis a médio e longo prazo para as questões socioambientais.

Diante desse cenário, impõe-se a urgência de traçar um caminho distinto para o futuro. Isso demanda um olhar intrinsecamente regionalizado, que construa novas relações entre sociedade e natureza, distanciando-se das abordagens universalistas propostas por organismos multilaterais. Princípios e pactos globais são, sem dúvida, importantes em um planeta finito, mas a verdadeira eficácia reside na capacidade de exigir o cumprimento de metas a partir das diversidades e particularidades locais. A própria execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU – hoje um desafio complexo – poderia ser mais eficazmente alcançada por meio de uma conjunção de forças governamentais que priorizem estratégias coletivas em diferentes escalas, do regional ao global. Em vez de uma fé inquestionável em convenções e organismos internacionais de cunho universalista, a viabilidade reside na valorização de pensamentos e estratégias locais que abracem as particularidades de cada espaço geográfico, respeitando povos tradicionais, movimentos sociais, costumes e culturas.

No campo teórico, a América Latina vem emergindo com perspectivas promissoras, como a decolonialidade – uma abordagem anti-hegemônica para questões sociais, políticas, econômicas e ambientais – e o conceito do *Buen Vivir*. Esta última, enraizada na cosmovisão dos povos indígenas, questiona substancialmente as ideias contemporâneas de desenvolvimento atreladas ao crescimento econômico e sua incapacidade de resolver os conflitos sociais e ambientais (GUDYNAS, 2011; MAZZETTI, 2021). Em meio a esse cenário complexo, a persistência de um imediatismo que prioriza a dimensão econômica não apenas compromete o futuro das próximas gerações, mas também acumula um custo social e ambiental insustentável. Embora a conscientização ambiental tenha finalmente integrado as pautas de políticas públicas e desenvolvimento após longas décadas, a transição do discurso para a ação efetiva em prol de uma sociedade mais justa e sustentável ainda parece exigir um esforço contínuo e talvez décadas de empenho até que resultados concretos sejam observados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, Niemeyer; CORRÊA, Vanessa Petrelli. A CEPAL ainda é uma escola do pensamento? *Revista de Economia Contemporânea*, v. 15, p. 92-111, 2011.
- ANGELOTTI, Giovanna; DAS NEVES, Ednalva Felix. Pobreza, fome e desenvolvimento: uma crítica estrutural aos ODS no contexto brasileiro. *InterAção*, v. 16, n. 1, p. e90590-e90590, 2025.
- BÁRCENA IBARRA, Alicia. Prólogo. *Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável (LC/G.2660/Rev.1)*. Santiago: CEPAL, 2016. p. 09-13, 2016.
- BÁRCENA IBARRA, Alicia. 70 años de contribución al desarrollo sostenible de América Latina y el Caribe. *Reflexiones sobre el desarrollo en América Latina y el Caribe: conferencias magistrales 2016-2018*. Santiago: CEPAL, 2018. LC/PUB. 2018/14. p. 57-67, 2018.
- BERIGÜETE ALCÁNTARA, Fanny Esther; RODRÍGUEZ CANTALAPIEDRA, Inma; MAYORGA CÁRDENAS, Miguel Yuri. Balances y perspectivas del cumplimiento de los Objetivos del Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe. *ACE: Architecture, City and Environment*, v. 19, n. 56, 2024.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Evolución de las ideas de la CEPAL. *Revista de la CEPAL*, 1998.
- CAMPAGNOLLA, Clayton; MACÊDO, Manoel Moacir Costa. *Revolução Verde: passado e desafios atuais*. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 39, n. 1, p. e26952-e26952, 2022.
- CARLSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. 1.ed. São Paulo: Gaia, 1962. 327p.
- CEPAL, N.U.. *El medio ambiente humano y el desarrollo económico en América Latina*. Seminario Regional Latinoamericano sobre los Problemas del Medio Ambiente Humano y Desarrollo, ST/ECLA/Conf.40/L.2, 25 de agosto, Santiago do Chile. 1971.
- CEPAL, N.U. *El desarrollo sustentable: transformación productiva, equidad y medio ambiente (LC./G.1648(CONF.80/2)/Rev.1.)*. Santiago do Chile: Publicação das Nações Unidas. 1991.
- CEPAL, N. U. *Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável*. 2016.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Sobre a Cepal*. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>. Acesso em: 2 jul. 2021.
- CAVALCANTE, Carolina Miranda. Uma análise da evolução do pensamento da CEPAL e da economia institucional ao longo do século XX. *Desenvolvimento em Debate*, v. 7, n. 1, p. 67-87. 2019.
- COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos avançados*, v. 15, p. 21-34, 2001.
- COUTINHO, Luciano. *Celso Furtado: um gênio brasileiro a serviço do desenvolvimento*. Celso Furtado: os combates de um economista. Fundação Perseu Abramo, 2020.

DÍAZ, Sandra et al. Pervasive human-driven decline of life on Earth points to the need for transformative change. *Science*, v. 366, n. 6471, p. eaax3100, 2019.

FOLKE, Carl et al. Social-ecological resilience and biosphere-based sustainability science. *Ecology and Society*, v. 21, n. 3, 2016.

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. *Scientia Plena*, v. 10, n. 12, 2014.

GEISSDOERFER, Martin; SAVAGET, Paulo; BOCKEN, Nancy M.P.; HULTINK, Erik Jan. The Circular Economy e A new sustainability paradigm?. *Journal of Cleaner Production*, v. 143, p. 757-768, 2017.

GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. *América Latina en movimiento*, v. 462, p. 1-20, 2011.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. *Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento et prosperidade*, v. 232, 2012.

GULLO, Maria Carolina Rosa. O pensamento econômico e a questão ambiental: uma revisão. IPES (publicação do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais). Caxias do Sul, RS: UCS, 2010.

MAZZETTI, Antônio Carlos et al. América Latina em perspectiva: o pensamento cepalino e decolonial. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, v. 23, 2021.

PURVIS, Ben; MAO, Yong; ROBINSON, Darren. Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins. *Sustainability science*, v. 14, n. 3, p. 681-695, 2019.

ROBERT, Kates W.; PARRIS, Thomas M.; LEISEROWITZ, Anthony A. What is sustainable development? Goals, indicators, values, and practice. *Environment: science and policy for sustainable development*, v. 47, n. 3, p. 8-21, 2005.

SALLES, Alexandre OT; FERREIRA, Marcus BM. Instituições, desenvolvimento econômico e sustentabilidade: uma proposta de diálogo entre a economia ecológica e o pensamento cepalino. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 16, n. 29, p. 39-75, 2021.

SOARES, Layza Rocha. O neoliberalismo e sua impossibilidade de solucionar os problemas ambientais. *Revista Fim do Mundo*, n. 02, p. 53-74, 2020.

SVAMPA, Maristella Noemi. *Consensus de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina*. 2013.

SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. *Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar*, v. 1, p. 11-40, 2005.

SUNKEL, Osvaldo. La interacción entre los estilos de desarrollo y el medio ambiente en la América Latina. En: Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina-México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1980-p. 9-64, 1980.

TAVARES, Márcia. Economia verde na américa latina: as origens do debate nos trabalhos da CEPAL. AMBIENTAL, p. 58, 2011.

TURCATO, Jéssica Casali et al. Os limites do desenvolvimento: o debate entre crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e decrescimento. Gestão Jovem, v. 20, n. 1, p. 2, 2019.

ULTRAMARI, Clovis. A respeito do conceito de sustentabilidade. Curitiba: Iparde/IEL-PR, 2003.